

OS IMIGRANTES E O ENSINO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

MARIA CECÍLIA MARINS DE OLIVEIRA

Mestre em História do Brasil

Professora Assistente do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da UFPR.

INTRODUÇÃO

A entrada de imigrantes no Brasil, no século XIX, deveu-se a fatores externos decorrentes do crescimento da população europeia, bem como, das transformações ocorridas naquele continente pelo advento da máquina¹.

O crescente índice de natalidade, aliado a causas secundárias e particulares ligadas a situações políticas, sociais e econômicas, determinaram a saída de contingentes populacionais em busca de melhores condições de vida.². Além desses fatores externos, conjugaram-se aqueles de origem interna, oriundos da necessidade de mão-de-obra e, principalmente, voltados para a ocupação efetiva do solo.

Na Província do Paraná, as dificuldades no setor agrícola, movidas pela falta de estabelecimentos rurais importantes, não permitiram investimentos neste setor³, tendo que se enfrentar também, a falta de elementos humanos a respeito do que, o governo provincial promoveu uma política imigratória. Esta política voltou-se, eventualmente, para os trabalhos de obras públicas, na construção de estradas, destinando-se todavia, a suprir a carência de mão-de-obra na agricultura de abastecimento, cuja falta de produtos não se restringiu apenas à região paranaense, mas estendeu-se a todo o país⁴.

É nessa perspectiva de política imigratória que o Governo da Província do Paraná sancionou a Lei n.º 29, em 21 de março de 1855⁵, e incentivou a entrada de estrangeiros de diversas nacionalidades que trouxeram consigo suas culturas, tradições e costumes e, também, o domínio de técnicas mais vantajosas na cultura de terras. Foram esses estrangeiros que, ocupando as terras destinadas pelo Governo, participaram do processo de ocupação do solo e se integraram, paulatinamente, no contexto social da nova Província.

Esta política que, inicialmente, foi promovida pelo Governo Imperial passou, com o Ato Adicional de 1834, a ser de competência das Províncias, cabendo-lhes “promover e estimular em colaboração com o governo central o estabelecimento de colônias...”⁶.

Foi portanto, por meio de pequenas propriedades de subsistência, devido a necessidade de ocupação efetiva de solo, que o governo orientou sua política imigratória, propiciando, dessa maneira, a formação de diversas colônias ao longo da segunda metade do século XIX, que se localizaram próximas aos centros urbanos e influenciaram o setor do ensino no Paraná.

I O ENSINO NA COMARCA DO PARANÁ

O ensino no Paraná, no período anterior à emancipação política, estava subordinado às determinações da Província de São Paulo, que não dispensava muita atenção à distante Comarca, em vista das dificuldades de comunicação, como também pela pouca representatividade de seu comércio e de sua agricultura na economia daquela Província.

Esta situação refletia-se no setor do ensino público, que era precário e deficiente. A difusão do ensino de primeiras letras, assim denominado conforme projeto de Januário da Cunha Barbosa, em 1827, estava restrita aos centros com maior população e, mesmo assim, incorrendo no risco de nem sempre haver mestres disponíveis, ou devidamente capacitados para seu andamento.

A promoção do ensino pela comunidade não era costume da sociedade tradicional campeira. A camada mais simples da população considerava o ensino inútil e supérfluo, sem qualquer aplicação prática⁷. Dava-se maior importância à transmissão das tarefas de pais para filhos, ficando a escola relegada a segundo plano.

De maneira geral, a população se mantinha afastada da escola, devido à falta de interesse e também pelas dificuldades de acesso aos centros urbanos. Além do que, o fastamento da escola era motivado pelo emprego da mão-de-obra infantil que, juntamente com sua família, cooperava para o sustento na época das colheitas nos ervatais.

As dificuldades de vida e o desinteresse pela escola, provocavam a acomodação desta população que vivia o dia a dia, voltada para o trabalho e para o sustento. Não havia preocupações com atividades ligadas ao ensino e, tampouco, perspectivas de um futuro diferente daquele estilo de vida.

A fundação de uma escola pela comunidade ocorreu após o estabelecimento dos primeiros colonos alemães às margens do Rio Negro, por volta de 1820. Foi a primeira escola de caráter comunitário que se tem conhecimento no Paraná.

Essa iniciativa deveu-se à idéia que esses imigrantes possuíam a respeito do ensino, considerado como necessário o aprendizado das primeiras letras por sua população infantil. Esta prática tinha suas raízes no país de origem, e estendia-se a toda população de maneira pública e gratuita⁸. Na falta dessas facilidades, o recurso era prover-se a si próprios, criando condições para o funcionamento de uma escola.

Desses colonos de Rio Negro, alguns se transferiram para as proximidades de Curitiba, a partir de 1836, juntando-se a eles, outras famílias que se dedicaram ao plantio de produtos diversos e ao seu transporte, além de explorarem saibro, terrenos arenosos e pedreiras⁹. Com eles iniciou-se a formação das primeiras colônias de imigrantes.

Mas a presença de estrangeiros no Paraná, se fez sentir

também em Paranaguá, cidade portuária e comercial mais expressiva da Comarca. Aos poucos essa presença provocou mudanças nos costumes de seus moradores¹⁰, havendo entre eles, alguns que se dedicaram ao ensino.

Por volta de 1850, conforme WESTPHALEN, funcionava um colégio para meninas pensionistas, mantido pelas norte-americanas Jessica e Willie James¹⁰, onde se ministriavam as disciplinas de língua francesa, gramática portuguesa e caligrafia, aritmética, geografia, história e música¹¹. A instituição visava o atendimento à clientela feminina diferenciada da Comarca e, em especial de Paranaguá que, conforme os costumes da época, ou permanecia junto à família, ou entregue a pessoas responsáveis para receberem alguma instrução.

Além desses professores, outros existiram, ensinando particularmente e, alguns, se encontravam no exercício de suas funções na fase da instalação da Província do Paraná.

2 DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES DO ENSINO

A emancipação política do Paraná, em dezembro de 1853, exigiu a reestruturação dos quadros técnico-administrativos e com eles, a reestruturação do ensino.

Em 1857, foi aprovado o primeiro regulamento do ensino¹² na Província, ao qual se sucederam mais três. Este regulamento teve como fonte inspiradora a primeira reforma de ensino na Corte, do Ministro Couto Ferraz, em 1854. Assim como o primeiro, os demais regulamentos se fundamentaram nas outras reformas que foram promulgadas posteriormente. As reformas nortearam o ensino nas Províncias que tentaram acompanhar, tanto quanto possível, as orientações do governo central.

Nesse sentido, medidas concernentes aos diferentes setores da administração foram expedidas pelo governo central, sendo respeitadas pelos governos provinciais, como o caso da política imigratória.

Embora os grupos de imigrantes se constituíssem na maior parte de elementos voltados ao trabalho do campo e de baixo ní-

vel cultural, verificou-se entre os mesmos, a presença de pessoas capacitadas a exercer funções junto ao setor da educação. Assim sendo, o governo da Província fez constar no primeiro Regulamento do ensino, disposições quanto à contratação de estrangeiros para o cargo de professores¹³.

As dificuldades enfrentadas pelo governo para lotar escolas com professores habilitados, foi uma constante em todo o período provincial. Daí, um recurso garantido por lei para a contratação de professores entre elementos estrangeiros. Alguns desses elementos atuaram na própria comunidade, em vista da resistência de certos grupos de imigrantes quando da ocupação do cargo de professor, por nacionais. Tentava-se evitar a penetração de elemento estranho ao grupo, visando garantir os costumes, as tradições e mesmo, a língua de origem.

Facultou-se ainda neste primeiro Regulamento, a criação de escolas particulares por estrangeiros, desde que fossem atendidas as exigências de capacitação profissional e de comportamento civil e moral. Obtinha-se então a "... licença para abrir ou dirigir qualquer estabelecimento de instrução"¹⁴.

Todavia, ficava o mesmo sob a fiscalização da Inspetoria Geral da InSTRUÇÃO PÚBLICA, que exigia a remessa de relatórios trimestrais com a freqüência e o aproveitamento dos alunos, além da apresentação dos habilitados para os exames, cuja data era fixada pela própria Inspetoria. Ficava ainda o estabelecimento, sujeito à inspeção quanto ao ensino e à higiene e também, dependente de licença prévia para qualquer alteração no seu funcionamento.

O aspecto religioso recebeu atenção nesse Regulamento, estabelecendo que os colégios não católicos que admitissem alunos católicos, deveriam ter um professor desta religião que era a do Estado, sob pena de multa de 100\$000 e ao fechamento da escola ou estabelecimento.¹⁵

As determinações regulamentares favoreciam o governo quanto à aquisição de novos elementos, bem como, propiciavam a expansão do ensino por meio de escolas particulares,

fossem de nacionais ou de estrangeiros. Partia-se da idéia de que a liberdade de ensino beneficiaria boa parte da população da Província, considerando-se ainda o descomprometimento financeiro do governo. A intenção das autoridades era a de favorecer também, o relacionamento social e o intercâmbio cultural entre os imigrantes e a comunidade paranaense.

Segundo BALHANA, a integração entre elementos de origens diversas, se verifica mediante alguns fatores que favorecem ou não, o processo assimilatório de grupos humanos em contato. Os fatores ligam-se tanto ao grupo imigrante, quanto ao grupo nacional. Problemas de ordem psicológica, capacidade de flexibilidade, afinidades culturais, meio de trabalho urbano ou rural, entre outros aspectos, interferem nos grupos humanos acelerando ou retardando o processo de assimilação.¹⁶

A conclusão é que se trata de um processo sempre demorado, o qual, mesmo quando as circunstâncias são as mais favoráveis, muitas gerações são necessárias para sua completa efetivação.¹⁷

O aproveitamento de elementos estrangeiros, além das necessidades inerentes ao ensino, constituiu por parte do governo, uma tentativa de integrá-los à comunidade original.

Esse aproveitamento, porém sofreu restrições no segundo Regulamento da Instrução pública, em 1871.¹⁸ Dois novos critérios foram estabelecidos na admissão de professores. Um a respeito do atestado de profissão da religião do Estado, Católica, fornecido pelo pároco da localidade, para a contratação de professores para o ensino primário. O outro, relativo ao comprovante de cidadania, exigido aos candidatos a exames de seleção para lecionarem no Liceu, instituição pública de ensino secundário.

Desta maneira, indivíduo não católico, ou que não tivesse sua cidadania regularizada, ficava impedido de assumir funções junto ao magistério primário ou secundário.

A restrição religiosa estendeu-se também ao ensino particular, sendo enfatizada em dois artigos dos quatro que compunham as disposições desse tipo de ensino.

Estas restrições foram motivadas pela desativação da política imigratória, ocasionada em parte, pelo insucesso de algumas colônias e, ainda, pela tendência antagônica que se manifestava na sociedade de adoção, contra os imigrantes,¹⁹ destacando-se aqui, a diversidade religiosa.

Esse Regulamento, como o aprovado em 1874,²⁰ não faziam referências específicas à contratação de professores estrangeiros, como ficara estabelecido no primeiro, permanecendo inclusive nesse último, as mesmas exigências em termos de cidadania e profissão religiosa.

Com a reativação da política imigratória, dinamizada principalmente no governo do Presidente Lamenha Lins, nos anos de 1875 e 1876, efetuaram-se alterações no novo regulamento,²¹ aprovado em 1876, que simplificou as condições para o exercício do magistério. As exigências se resumiam na comprovação da idade de 18 anos, na certidão de moralidade e no comprovante de capacidade profissional. Os quisitos, religião e cidadania, não constavam nesse regulamento, o que possibilitou novamente, o ingresso de elementos estrangeiros na carreira do magistério.

Mas a grande inovação foi a respeito da religião, que assim estabelecia o Art. 157, das Disposições Gerais:

É facultada a dispensa da instrução religiosa aos acatólicos, à requisição dos pais, podendo os alunos deixar de assistir aos exercícios religiosos, designados para um dia da semana,...²²

A liberação da prática religiosa aos alunos não católicos, ia de encontro à entrada de imigrantes adéptos da religião protestante que vinham se radicando no Paraná.

A nova disposição regulamentar possibilitou a freqüência de alunos de outras religiões, que não a do Estado, nas escolas do governo, atraindo uma população escolar, até então marginalizada por problemas religiosos, com perspectivas de se aumentar o índice de escolaridade na Província. Além do que, a simplificação da documentação para os candidatos ao magistério, possibilitou novamente ao governo, o recrutamento de elementos estrangeiros capacitados para ministrarem o ensino.

Os Regulamentos de ensino da Província com suas alternâncias em relação ao imigrante, retrataram as oscilações na política imigratória, ora dinamizada, ora desativada, bem como, a maior ou menor receptividade da sociedade de origem frente ao novo elemento.

A presença do imigrante em terras paranaenses não poderia deixar de ser considerada quando da elaboração dos regulamentos de ensino, visto ter sido fruto de uma política governamental, da qual resultou o aproveitamento de elementos capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade de adoção.

A educação constituiu portanto, um dos recursos indispensáveis para a adaptação do novo elemento, assim como, instrumento integrador e socializador das culturas diversas.

3 AS ESCOLAS E OS IMIGRANTES NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

As dificuldades da Província impediram a aplicação de uma política de educação extensiva a toda a população. A exemplo da Reforma Couto Ferraz, em 1854, o Regulamento da Instrução Pública da Província, em 1857,²³ facultava a prática do ensino por particulares ou entidades particulares, acreditando que contribuiriam significativamente para a disseminação do ensino. Esta abertura em lei, permitiu, sem contrariar princípios legais, a criação de escolas por professores ou por entidades particulares de nacionais ou de estrangeiros.

Na época da instalação da Província do Paraná, a rede escolar composta de 28 escolas públicas e 3 particulares, já contava com elementos estrangeiros atuando no ensino haja vista a aula particular na vila de Porto de Cima, ministrada pelo professor Carlos Môrikofer que ensinava a ler, escrever, contar, desenhar, línguas alemã e francesa, e piano.²⁴ ou mesmo o ensino de língua estrangeira, o francês, ministrado numa escola de Guarapuava, evidenciando a influência estrangeira em ambientes distantes da Corte.²⁵

O incentivo governamental com a subvenção de 1.200\$000 para a criação de escolas particulares, propiciou a instalação de uma escola particular para meninas, sob a direção de Mme. Taulois, senhora de origem francesa, que contava com aulas de ensino primário, de línguas estrangeiras e prendas domésticas.²⁶ Essa escola teve boa receptividade junto à comunidade curitibana, visto alguns anos depois, a sociedade e as autoridades lamentarem o seu fechamento. Nesta mesma época, Curitiba contava também com outra escola particular, destinada ao sexo masculino, dirigida pelo alemão, Germano Leistein. Essas escolas atendiam uma camada diferenciada da população, obtendo atrair, parte de uma clientela que se evadia para estudar em centros maiores.

Com a política imigratória, incentivada pelo governo desde o início da instalação da Província, houve aumento significativo do número de elementos estrangeiros no Paraná, os quais, procurando manter a cultura, as tradições e costumes originais, se uniram em associações com finalidades sociais, beneficentes e recreativas. Escolas foram criadas por grupos de imigrantes para o ensinamento da língua e de suas tradições.

Em 1864, atendendo um grupo de crianças de origem alemã, estava em funcionamento, em Curitiba, uma escola criada por José Raschendorfer, que também lecionava música. No ano seguinte o Pastor Johann Friedrich Gaertner, fundava a escola da primeira Comuna Evangélica, assumindo as funções de mestre até seu falecimento, em 1869.²⁷

Nessa escola, os ensinamentos visavam o nível elementar

e secundário, não havendo distinção entre crianças ricas ou pobres. Inicialmente, a aprendizagem estava voltada aos conhecimentos gerais para em seguida, atender ao aperfeiçoamento da cultura intelectual, objetivando a formação do jovem no exercício da profissão comercial, industrial ou agrícola. Complementando esta formação, encontravam os estudantes, nas associações recreativas e benficiais, a oportunidade de se exercitarem socialmente, como participantes da sociedade, por meio do voto, discussão aberta a respeito de assuntos sociais, defesa de ponto de vista sobre alguma questão, fiscalização sobre a receita e sua aplicação, bem como, sugestões sobre a aplicação de verbas para o aumento do patrimônio da comunidade.²⁸

A criação de uma biblioteca por esta comunidade visou fornecer os meios para o aperfeiçoamento do saber. A arte musical e o canto eram cultivados com carinho. O conhecimento das notícias nacionais e estrangeiras era obtido por meio de revistas e jornais que mantinham o associado ao corrente dos acontecimentos no país e no mundo.²⁹

Após o falecimento do Pastor, a falta de professores correu para o funcionamento irregular da escola que retornou às suas atividades normais, em 1872, com a vinda do Pastor August Boesker que contou com o auxílio de sua esposa no desempenho dos encargos de mestre e diretor.³⁰ A escola contava também com ajudantes contratados que, como ele, eram remunerados pela Comuna. A exigüidade das remunerações provocavam o freqüente abandono dos cargos pelos ajudantes, gerando para o Pastor, problemas quanto à contratação e à permanência dos professores.

Em janeiro de 1876, esse Pastor comunicava ao Presidente da Província que a escola, inicialmente freqüentada por 140 alunos, passara a contar com 150, embora tivessem se retirado no correr do ano 18 alunos. Dos 150, 20 haviam prestado exames perante o Inspetor da Instrução Pública e em abril daquele ano deveriam deixar a escola. Ainda informava, que a diversidade na faixa etária dos alunos, resultara na distribuição em duas classes que funcionavam em horários diferentes. Os maiores

freqüentavam as aulas das 8:00h. às 11:00h. e os menores das 11:00h às 14:00h. O programa escolar consistia nos ensinamentos de ler, escrever, gramática alemã e o português, contas, cantar, geografia e religião cristã.³¹.

O aumento do número de alunos tornou insuficiente o espaço na casa do Pastor para o funcionamento da escola, ocasionando sua transferência para a Igreja e a criação de diversas outras escolas, como as dos professores Echmidt, Aust, Offer, Kauschmann, Nerzberg, Konikmann e sua filha e, principalmente, a da professora Mathilde Meissner.

A receptividade alcançada pela escola dessa professora, fundada em 1874, e instalada no Alto do São Francisco, fez com que, por diversas vezes a sede da escola fosse transferida, devido ao crescente número de alunos que, dos 20 iniciais, elevou-se pouco depois para 50. Colaboraram nessa ação educativa suas irmãs Georgina e Cecília e sua sobrinha Emma.³².

Na falta de escolas para atender as crianças do grupo alemão católico, foi pleiteada a separação da Escola da Comuna Evangélica de sua Igreja. Este objetivo concretizou-se em 1885, com a aprovação dos estatutos e a eleição da primeira diretoria da escola que passou a ser frequentada por crianças alemães da religião protestante e católica, bem como, de outras nacionalidades. Com essa nova medida, elevou-se significativamente o número de matrículas, alcançando a freqüência média de 360 alunos. O curso passou a contar com 6 classes, das quais quatro eram regidas por professores e duas por professoras.

Apesar da separação, o Pastor Boesker continuou exercendo o magistério, seguindo-lhe o Pastor Wilhem Haarmann em 1886 e, o Pastor Emil Schulze, em 1891.

O ensino que, anteriormente, era realizado principalmente em língua alemã, passou a ser ministrado também em português e os trabalhos escolares ficaram subordinados à fiscalização da administração social da Comuna. A organização da escola e o programa adotado, segundo o regulamento da Província, conquistaram o respeito junto à comunidade curitibana e, notada-

mente junto ao governo, na pessoa do Presidente Escragnolle Taunay que, em visita ao estabelecimento em 1885, fez apreciações elogiosas ao seu andamento³³.

Embora fosse uma escola mantida pela Comuna, em 1880, lhe foi destinada uma subvenção de 1:200\$000 que constava nas despesas provinciais com a Instrução Pública³⁴, sendo a mesma quantia incluída em orçamentos posteriores, fazendo parte do orçamento das despesas declaradas no Quadro do Pessoal da Instrução Pública, aprovadas em 1890 e 1891.

A criação de estabelecimentos secundários que atendessem crianças, independente do aspecto religioso, também foi uma das preocupações das autoridades do governo. Prevendo o fechamento do Liceu de Curitiba pela segunda vez, devido ao esvaziamento de seu corpo docente sem condições de substituição, o governo procurou incentivar a criação de colégio particular com a subvenção de 6:000\$000 anuais, estabelecida pela Lei n.º 167, de 7 de abril de 1868³⁵.

Em janeiro do ano seguinte, o professor Jacob Muller, alemão, proveniente da colônia D. Francisca, encaminhava um requerimento ao Presidente da Província, solicitando sua admissão como diretor de um colégio para meninos a ser instalado em Curitiba³⁶.

Com a extinção do Liceu em junho de 1869, foi celebrado contrato com o professor Jacob Muller, com a subvenção reduzida para 4:000\$000, de conformidade com a Lei n.º 204 de 5 de junho de 1869³⁷, devendo o interessado fazer cumprir os dispositivos estabelecidos pela lei do ano anterior em relação à contratação de professores, regimento interno e outros aspectos.

Naquele ano, em 25 de agosto, era aprovado o regulamento³⁸ que regeria o estabelecimento para o qual seriam admitidos alunos internos, semi-internos e externos. A instrução abrangeia os níveis de ensino primário e secundário e, as matérias para o secundário, seriam distribuídas em oito cadeiras da seguinte maneira:

1.º cadeira — língua nacional, caligrafia e religião católica

2.ª cadeira — gramática filosófica

3.ª cadeira — latim

4.ª cadeira — francês

5.ª cadeira — inglês

6.ª cadeira — história universal e geografia

7.ª cadeira — aritmética e geometria plana

8.ª cadeira — filosofia racional e moral

O método de ensino indicado era o simultâneo, da mesma maneira que se propunha no regulamento de 1857 para as escolas primárias, e o horário das lições como denominavam-se as aulas na época, não poderia ser inferior a uma hora. Enfatizava-se o ensino das línguas vivas nos planos teórico e prático, salientando-se o aprendizado da conversação. Estabelecia-se os feriados, as férias do estabelecimento, além da disciplina, dos exercícios escolares, do período de exames e da inspeção, subordinada à Inspetoria Geral da Instrução Pública. Ainda constavam nas Disposições Gerais, determinações quanto a saída dos alunos, a recreação, a alimentação, a higiene, entre outros aspectos.

Em relação aos professores, o regulamento estabelecia o direito de escolha pelo diretor, salvo o aproveitamento do professor de latim e francês, contratado pelo governo. Estipulava também a não acumulação de cadeiras pelos professores e exigia a contratação de professor católico para ministrar aulas de religião.

Entre outras disposições havia aquelas sobre a cobrança das anuidades de 320\$000 aos alunos internos e mais a taxa anual de 40\$000, destinada ao pagamento de lavagem, conserto e engomamento de roupas, feitos por conta do colégio. Em relação aos externos, exigia-se o pagamento mensal de 4\$000 por cadeira cursada, exceto as de latim e francês, cujo professor pertencia ao quadro do magistério público.

O colégio deveria receber ainda, gratuitamente, quando autorizadas pelo Presidente da Província, as matrículas de filhos de oficiais combatentes na guerra contra o Paraguai e de três fi-

lhos de funcionários públicos que tivessem prestado bons serviços ao governo, por mais de 10 anos ³⁹.

Embora o interesse pela existência e permanência deste colégio, atendendo parte da clientela da Capital e do interior, seu diretor não granjeou a simpatia do Inspetor Geral da Instrução Pública que se recusava ao pagamento da subvenção, alegando o não cumprimento de dispositivos legais, pela contratação de professores acumulando cadeiras e a falta de professor católico para as aulas de religião. Justificando as ocorrências, o diretor salientava as dificuldades de contratação de professores habilitados para compor o quadro docente do colégio ⁴⁰. Essas dificuldades, já conhecidas pelo governo, foram consideradas, sendo efetuados os pagamentos necessários e, em 1871, elevada a quantia da subvenção para a oferta inicial de 6:000\$000.

Os problemas para a contratação de professores se estendiam também às aulas elementares do colégio, tendo-se registrado em dois anos de seu funcionamento, a passagem de quatro mestres, com interrupções que privavam os alunos das lições.

Contudo fosse um estabelecimento necessário para a comunidade paranaense, seu baixo nível de ensino não satisfazia os anseios das autoridades que viam a urgência no restabelecimento do Liceu.

Em 1871, o colégio acusava a matrícula de 103 alunos, distribuídos entre 34 internos, 11 semi-internos e 58 externos. Dos matriculados, 68 eram da Capital e os demais do interior, havendo gratuitamente, um interno e três externos.

A procura do estabelecimento pelas famílias não condizia com sua organização, criticada diversas vezes pelo Inspetor Geral, devido a falta de professores e ao currículo limitado que não atendia às diferentes aptidões ⁴¹. Tanto assim, que o índice de aprovação nos exames matinha-se muito baixo, havendo em 1873, somente oito alunos aprovados.

Por volta de 1875, o governo estabelecia outro contrato para a criação de um colégio particular para meninos, denominado

Nossa Senhora da Luz. Continuava o governo mantendo a conduta de recrutar professores entre elementos estrangeiros, designando inclusive para este novo colégio, o professor Otto Finkensieper, para lecionar nas cadeiras de inglês e alemão ⁴².

Como se pode observar, a atuação do imigrante se fazia presente nos dois níveis de ensino, primário e secundário. O aproveitamento de elementos que falassem língua alemã, levou o governo a introduzí-la no currículo da escola secundária, em vista do grande número de imigrantes desta nacionalidade radicados no Paraná. Assim sendo, tornava-se comum encontrarse em algumas localidades, o funcionamento de aulas avulsas mantidas pelo governo e mesmo particulares desta língua.

Ainda na condição de comarca da Província de São Paulo, em 1847, imigrantes franceses estabeleceram-se no Paraná, no município de Ivaí, fundando a colônia Thereza, sob a direção do Dr. Maurício Faivre. Dez anos depois, esse diretor foi designado para o cargo de subinspetor da Instrução Pública ⁴³, devendo entre outras obrigações, comunicar o andamento das duas escolas existentes nesta colônia. Uma para meninos, com 32 alunos, regida pelo professor Felix Antônio Condamine que recebia a gratificação do governo de 240\$000 e, outra para meninas, com 25 alunas, regida pela professora Vitalina Rosa, recebendo a gratificação de 150\$000.

O aproveitamento de elementos estrangeiros para ministrarem aulas a seus compatriotas, ou mesmo para crianças brasileiras foi uma realidade, fosse por meio de contratos, fosse por meio de gratificações, como o caso do professor Condamine.

Emigrantes suíços, em 1825, liderados por Charles Perret Gentil, fundaram a colônia de Superagui, no município de Guaraqueçaba que, em 1861, contava com uma escola de instrução primária para o sexo masculino, com 26 alunos, regida pelo professor João Francisco de Sant'Ana Neves. ⁴⁴ Em 1869, a escola era extinta devido ao reduzido número de alunos.

Nesse ano, era fundada a colônia Argelina, por franceses da Argélia e outros imigrantes, sendo criada em 1874, uma es-

cola pública promíscua nesta colônia e outra na do Pilarzinho,⁴⁵ a exemplo do êxito obtido com o andamento das escolas particulares promíscuas. Foram estas as duas primeiras escolas mistas criadas pelo governo, embora o ensino se processasse em horários diferentes para cada sexo, sendo pela manhã os meninos e a tarde as meninas.

Esta medida favorecia o governo na lotação de escolas, devido a falta de elementos habilitados, despesas com aluguéis de casas escolares e com professores, visto o atendimento escolar se realizar somente por um professor ou professora, cujos vencimentos permaneciam os mesmos, embora o horário fosse prolongado. Daí, pois, um recurso que minimizaria as dificuldades do governo e propiciaria a criação de maior número de escolas para o atendimento a uma faixa maior da população.

No início da década de 70, quatro novas colônias foram criadas, duas próximas a Curitiba, e duas em Paranaguá. Foi entretanto na administração do Presidente Lamenha Lins, com a reativação da política imigratória, que se intensificou a criação de colônias próximas aos centros urbanos, num raio de dois, oito ou mais quilômetros.⁴⁶ Foram fundadas, entre 1876 e 1878, colônias nas proximidades de Curitiba, Araucária, Morretes, Antonina, São José dos Pinhais, Campo Largo, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa e Paranaguá.

O estado geral das colônias e a situação do ensino era relatado pelo Presidente Lamenha Lins, em 15 de fevereiro de 1876, perante a Assembléia Provincial,⁴⁷ comunicando a construção de duas escolas destinadas a cada sexo na colônia Assungui, fundada em 1860 por emigrantes de diversas nacionalidades e, que já tivera prevista a criação de uma escola em 1865. Comunicava ainda, a construção de outra escola no Turvo, toda de madeira e de caráter misto.

Nesse ano, Mme. Tamplin, professora de escola do Turvo, mantida pelo governo geral, salientava a necessidade da criação de duas escolas promíscuas na sede do povoado, além de um asilo para os filhos de colonos pobres e meninas desam-

paradas, para o que, deveriam ser destinados um professor e uma professora.⁴⁸

Na colônia de Superagui, o Presidente ressaltava a falta de uma escola, aliás, criada em 6 de abril daquele ano, para atender a mais de 200 crianças. Ainda na colônia do Pilarzinho, estava sendo construída uma escola que teria para professor, o polonês Franz Motzko que até então dera aulas em sua residência. Essas aulas, transferidas para uma casa alugada por 6\$000, próxima à Capela de Santa Ana, localizada nas imediações da colônia Abranches, facilitava o acesso de alunos das duas colônias. A falta de mobiliário era reclamada pelo professor que solicitava ao Presidente, autorização para o Agente de Colonização efetuar o pagamento de dois bancos e duas escrivaninhas a serem adquiridos do professor Antônio Ferreira da Costa, no valor de 16\$000.⁴⁹

A falta de recurso material nas escolas criadas pelo governo dificultava o andamento normal do ensino, levando o professor a solicitar repetidas vezes o material indispensável ao seu funcionamento regular, ou adquirí-lo, por iniciativa própria.

A colônia Santa Cândida, dizia o Presidente, necessitava uma escola para atender ao grande número de crianças, assim como as colônias Orleans e Eufrasina. Nessa última e na colônia Pereira foram criadas escolas promíscuas em 21 de março de 1874.

A colônia Orleans, considerada como um dos mais modernos núcleos criados próximos à Capital, foi estabelecida em 1876, por emigrantes na maioria poloneses que destinaram um lote com casa para o funcionamento de sua escola, tendo par professor, Jeronymo Dursky, que apresentava habilitações para o cargo.⁵⁰ Nomeado em outubro daquele ano,⁵¹ o professor enfrentou, como tantos outros, a falta de recursos materiais, indispensáveis para o andamento de suas aulas que já estavam sendo freqüentadas por 36 alunos. Procurando solucionar este problema, solicitou ao Presidente da Província a verba de 88\$500 para a aquisição de bancos, escrivaninhas, uma cadeira,

uma mesa com gaveta, livros para anotações do ponto, da matrícula e dos utensílios da escola, além de 36 lousas com as quais os alunos efetuariam seus exercícios.⁵² Foi essa a primeira escola para crianças polonesas no Brasil.⁵³

Este professor foi denominado pela colônia polonesa, no Brasil, de “pai das escolas polonesas” e, fazendo parte do quadro do magistério público, lecionou em outras localidades como Curitiba, Campo Largo, Portão, Campo Comprido, Ferraria, São Luiz do Purunã e Palmeira. Dedicou-se ao ensino das línguas portuguesa e polonesa e escreveu o “Manual para as Escolas Polonesas no Brasil”, em 1891, de características didáticas e bilingüe para facilitar o aprendizado dos alunos e auxiliar os professores nas aulas. A obra encerrava noções elementares da língua portuguesa e abordava os métodos silábico e fonético, sendo acessível aos adultos e às crianças polonesas.⁵⁴

Como ele, outros professores poloneses se fizeram presentes no ensino, como Lourenço Gradowski e Valenty Staniski que também ensinavam as línguas portuguesa e polonesa.

As dificuldades em encontrar professores poloneses formados e a falta de auxílio do governo levaram as comunidades polonesas a instituírem a Escola-Comunidade, em que seus membros escolhiam entre seus elementos aquele que apresentasse certos requisitos para as funções de professor tais como, desembaraço, capacidade, saber ler e escrever satisfatoriamente. Assim, alguns colonos, rudes homens do campo, tornavam-se pedagogos improvisados.⁵⁵

Os professores escolhidos pela sociedade eram remunerados por meio de uma pequena taxa paga pelos pais, por alunos que freqüentasse a escola. A taxa variava de um a dois mil réis ao mês, conforme o costume de cada colônia, sendo que em algumas era paga em espécie, ou mesmo pelo trabalho, no plantio de um ou outro cereal para o professor.

A tenacidade e o ideal demonstrados por determinados professores não eram porém, regra geral, visto muitos professores poloneses como tantos outros nacionais, considerarem o magis-

tério uma segunda opção profissional. A oscilação mensal dos salários, devido à irregularidade da freqüência dos alunos, não estimulava a permanência no magistério, sendo muitos os que procuravam outro emprego mais compensador.⁵⁶

A escassez de recursos e a deficiência no quadro do magistério público, tanto em número como em capacidade profissional, refletiam-se nas escolas das colônias que, muitas vezes, permaneciam sem professores ou quando escolhidos, sem auxílio ou garantia funcional do governo. Essa situação provocava certa morosidade na criação de escolas oficiais em determinadas colônias, como ocorreu com a colônia Alexandra, constituída por imigrantes italianos.

As dificuldades não eram particulares às colônias, mas a muitas localidades da Província, onde faltavam escola e professor.

Inicialmente, algumas colônias ficavam sob a tutela do governo e se tornavam autônomas à proporção que os colonos iam se fixando nas novas terras. A demora dessa fixação ocasionava o retardamento na criação de escolas públicas que, por outro lado, contribuía para a criação de escolas mantidas pelas comunidades, dispensando o governo, central ou provincial, dos compromissos com o ensino. Embora esses aspectos, o governo dispensava atenção ao setor, procurando suprir, tanto quanto possível com escolas e professores, as localidades desprovidas desse benefício.

A preocupação com as colônias dizia respeito não só ao ensino mas, principalmente, às condições econômicas que iriam garantir maior ou menor prosperidade aos núcleos de imigrantes, bem como, a sua permanência na Província que se via necessitada de mão-de-obra no trabalho rural.

No relatório de 1877, o Presidente Lamenha Lins, descrevia a situação das colônias, destacando a prosperidade daquelas situadas nas cercanias de Curitiba, como Argelina, São Venâncio, Abranches, Pilarzinho, Santa Cândida, Orleans, São Pedro, D. Augusto, Tomaz Coelho, Lamenha, Santo Ignácio e Rivièrre.⁵⁷

Em 1878, o Presidente Joaquim Bento de Oliveira,⁵⁸ assinalava a existência de cinco colônias providas de escolas promíscuas e freqüentadas pelo seguinte número de alunos:

Colônias	Matrículas	Freqüência	Observações
Orleans	45	09	—
S. Venâncio	25	21	—
St. ^a Cândida	41	41	—
Abranches	—	—	Sem professor
S. Jerônimo	—	—	Com professor
			Sem dados

Como se pode observar no caso das três primeiras colônias, a de St.^a Cândida apresentava a freqüência igual ao número de matrículas, enquanto a de Orleans e de São Venâncio apresentavam uma defasagem entre matrícula e freqüência, fato que ocorria em outras escolas da Província, visto muitas crianças no período do plantio ou da colheita estarem ajudando os pais nos trabalhos da lavoura.

A intensidade da imigração estrangeira nessa década e a necessidade de sua integração no novo ambiente, levou à proposição de se criar uma escola agrícola prática para orientar no trato com a terra que, todavia, não chegou a ser implantada na época.⁵⁹ Em 1884, tem-se notícias de sua existência juntamente com a escola promíscua da colônia Nova Orleans, que estavam sendo atendidas pelo professor Jerônimo Durski, um dos elementos empenhados para sua criação.

Ainda em 1877, foram fundadas colônias em Morretes e em Antonina e, em 1878, em Curitiba a de Santa Felicidade, Dantas e Alfredo Chaves⁶⁰.

A colônia de Santa Felicidade, constituída por italianos provenientes do Vêneto, apresentava-se socialmente homogênea. Composta de pequenos agricultores, guardavam suas tradições, hábitos e costumes⁶¹. A educação informal fazia-se na família, cabendo à mãe educar os filhos enquanto crianças e, ao pai,

exercitá-los no trabalho ao atingirem a idade adequada. A educação formal concretizou-se por meio da subvenção de 360\$000 ao professor Francisco Zardo⁶², em 1889 e, no ano seguinte, pelo contrato de 480\$000 à professora Maria Leocádia A. de Siqueira para reger uma escola promíscua⁶³.

O funcionamento irregular dessas escolas resultou, em 1899, na solicitação dos colonos por intermédio do Vigário, às Irmãs do Sagrado Coração de Jesus para instalarem na colônia um colégio de primeiras letras. Todavia, em 1912, o governo estadual criava novamente uma escola pública na colônia⁶⁴.

Outros núcleos de colonos italianos da Capelania Curada Italiana também foram beneficiados no setor do ensino pela instalação de escolas públicas, em 1889, regidas por professoras subvencionadas.⁶⁵

Os núcleos constituídos, aos poucos, foram atendidos pelo governo com a criação de escolas, havendo em 1882, segundo o Diretor Geral Dr. Moysés Marcondes, escolas em diversas colônias, classificadas de 1.^a entrância, que obedeciam à classificação apresentada no Regulamento de 1876. Essa classificação estabelecia a diferenciação entre os salários dos professores de acordo com a localidade em que as escolas se situavam que, nesse caso, correspondia a 800\$000.⁶⁶

Conforme o mapa das escolas públicas, em 1882,⁶⁷ o município de Curitiba contava com escolas nas seguintes colônias:

Colônia	Escola	Professor	Freqüência	
			M	F
Argelina	promíscua	Anna F. da Costa	15	19
A. Chaves	promíscua	Antônio J. de S.G.	—	—
Pilarzinho	promíscua	M. ^a do Céo T. Munhoz	11	13
S. Venâncio	promíscua	Augusto Hecker	11	12
S. Cândida	sexo masc.	José de S. Guimarães	—	—
Abranches				
A. de Araujo	—	Nicolao Maisoki	—	—

As escolas das colônias Argelina, Alfredo Chaves e Pilarzinho eram de 1.ª entrância, enquanto as escolas de São Venâncio, Santa Cândida, Abranches e Alves de Araujo eram subvencionadas. Os demais municípios contavam com escolas nas colônias do Novo Tyrol, Ambrósios, Papagaios Novos, Itaiacoca, Ipiranga, Aldeamento de São Pedro de Alcântara, São Lourenço, Eufrasina, Superagui, Itaqui e outras, todas elas de 1.ª entrância.

Na escola do Novo Tyrol, o professor João Baptista Marconi, já em 1879, apresentava ao Presidente da Província, novo método de alfabetização denominado acústico que, na Itália, chamava-se “fônico”. O método consistia no aprendizado da leitura e da escrita pela associação do som à forma dos fonemas, constando de trinta e uma lições, com diversos exercícios de consoantes e vogais combinadas. Por meio dele, a criança aprenderia a ler e a escrever no espaço de três meses.⁶⁸

A preocupação quanto à alfabetização se estendia também aos adultos, como se verificava em Rio Negro, o funcionamento de uma escola noturna, criada pelo alemão Henning, para ensinar língua portuguesa aos colonos alemães. Motivado pela Lei n.º 3029, de janeiro de 1881, da Legislatura Eleitoral que, no Art. 8.º estabelecia o direito do voto àquele que soubesse ler e escrever,⁶⁹ esse professor, por interesses políticos ou não, empreendeu uma atividade que permitiu melhor entrosamento desses imigrantes na comunidade paranaense, tanto político como social. Desta determinação com caráter político advém a preocupação da legalização da cidadania.

As dificuldades no setor do ensino continuavam e o governo, impossibilitado de atender a todos núcleos e colônias que se formavam no Paraná, recorreu ao expediente da subvenção a professores particulares, nacionais ou estrangeiros, para ministrarem aulas aos filhos de colonos, na tentativa de contornar a situação. Tanto, assim que, em 1886, o Presidente Tupy concedia a subvenção de 400\$000 a um maior número de professores como, Edwirges Stier da colônia Santa Cândida; Ludovico Urbanik do núcleo Nova Orleans; Miguel Sblewski do Rivière; José Koennuy da Augusta; Miguel Kaunizinki da Fer-

raria; Simão Gradowski da Lamenha e Paulo Alewski de Abra-ches.⁷⁰

Outros professores particulares de origem estrangeira tam-bém receberam subvenções que variavam de 20\$000 a 30\$000 mensais. Era a maneira de prover escolas de colônias e núcleos coloniais com professores, sem maiores compromissos do go-vern.

A colonização do Paraná, financiada pelo governo, extinguiu-se em 1880, sendo reativada em 1885 por meio da iniciativa pri-vada, conforme recomendação do Ministério da Agricultura, em circular de 27 de junho de 1884.⁷¹

Novas colônias formaram-se em diversos municípios do Pa-raná entre 1885 e 1889, e também na conjuntura republicana, sendo fundadas nas imediações de Curitiba, quatro novas co-lônias de imigrantes italianos e poloneses.

Em quase todas essas colônias funcionavam escolas de 1.^a entrância ou contratadas, de acordo com o quadro do magistério aprovado em 1890.

A vinda desses grupos de imigrantes, localizando-se junto aos centros urbanos, provocou maior movimentação na vida eco-nômica dos municípios e influiu no aumento de suas populações.

O aumento no contingente populacional da Província refletiu-se no setor do ensino a partir de 1870 e, acentuadamente, de 1876. Tanto foi assim que, depois de 1870, houve aumento até certo ponto significativo de localidades com escolas, entre as quais estavam diversas colônias.

A influência exercida pelo imigrante no setor do ensino diria respeito em primeiro lugar, ao aumento do contingente popu-lacional escolar, determinando a ampliação da rede escolar e do quadro do magistério, por meio dos quais o governo pro-curou atender a população escolarizável das novas colônias que se somava àquela já existente. Em segundo lugar, havia o estudo das línguas alemã, francesa e inglesa, ministrado em aulas par-ticulares ou avulsas do nível de ensino secundário do governo. Contudo, o que poderia ser considerado como influência propria-

mente dita, era fruto do currículo adotado, composto de disciplinas humanísticas, em que a aprendizagem de línguas assumia papel importante, visto as melhores obras literárias serem importadas e escritas na língua de origem. Tornava-se comum, entre pessoas de recursos, o conhecimento de línguas, permitindo-lhes, muitas vezes, ensinar particularmente ou mesmo, sob a威ameação do governo.

O grande apreço pelos sistemas de ensino prussiano, francês e inglês, notadamente os dois primeiros, reforçavam a admiração por esses países, em que o desenvolvimento estava marcado pela organização de suas escolas primárias. Além do mais, as novas idéias pedagógicas circulantes na Europa, começavam a se refletir timidamente nos currículos escolares de países como o Brasil. Daí a preocupação do governo provincial em ampliar o currículo da escola primária, com bases nas discussões que se faziam em torno do ensino na Assembléia dos Deputados na Corte.

Pretendia-se então, a introdução das disciplinas de ciências físicas e naturais, sugerindo-se o método de observação para o ensino tradicional, desprovido de técnicas mais modernas.

O aproveitamento de elementos estrangeiros estava previsto no Regulamento de 1857,⁷² autorizando o governo a contratar professores estrangeiros que tivessem habilitações para o magistério, e era reiterado no Regulamento de 1876.⁷³ Dessa maneira o Governo abria perspectivas de trabalho no magistério e demonstrava a receptividade com que eram tratados os imigrantes no Paraná.

A participação do imigrante no processo de ensino favoreceu o intercâmbio cultural e o relacionamento social, integrando os grupos, aos poucos, à comunidade paranaense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BALHANA, Altiva Pilatti. **Os imigrantes estrangeiros na formação histórica da sociedade brasileira.** Departamento de História. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1:19, 1961. p. I, 19 p.

2. BALHANA **Os imigrantes estrangeiros...** p. 2.
3. MATTOS, Francisco Liberato de. **Relatório do Presidente...** apresentado na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 7 de Janeiro de 1858. Curityba, Typographia Paranaense, 1959. p. 21, 75 p.
4. MACHADO, Brasil Pinheiro & BALHANA, Altiva Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade Federal do Paraná.** Curitiba, (3):3-40, jun., 1963. p. 29-30.
5. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Paraná.** Curityba, Typ. Paranaense, 1855. t. 2, p. 18-20, 76 p.
6. BALHANA, Altiva Pilatti. Imigração e colonização. In: EL-KATIB, Faissal, org. **História do Paraná.** 2.ed. Curitiba, Grafipar, 1969. p. I, p. 158, p. 52.
7. PILOTTO, Erasmo. A educação no Paraná, síntese sobre o ensino elementar e médio. **Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 3:127,** 1954. p. 52.
8. EBY, Frederick. **História da educação moderna** teoria, organização e prática educacionais. Porto Alegre, Globo, 1970. p. 462, 633 p.
9. OS ALEMÃES nos Estados do Paraná a de Santa Catarina. Em comemoração ao 1.º Centenário de sua entrada nesses Estados do Sul do Brasil. 1829-1929. Curityba, Empresa Editora Oliveira, 1929. p. 69. 196 p.
10. WESTPHALEN, Cecília Maria. Uma cidade portuária nos meados do século XIX. **Revista de História** Anais do IV.º Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, São Paulo, 6(31):546, 1973.
11. WESTPHALEN. p. 547.
12. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e Regulamentos da Província do Paraná.** Curityba, Typ. Paranaense, 1857. t. 4, p. 61-93, 104 p.
13. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e Regulamentos** 1857. p. 75. Capítulo VII, Art. 80.
14. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e Regulamentos...** 1857. p. 78-9. Capítulo VIII, Art. 85 e 97.
15. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e Regulamentos...** 1857. 79-80. Capítulo VIII, Art. 95 e 104.
16. BALHANA **Os imigrantes estrangeiros...** p 12-3.
17. BALHANA **Os imigrantes estrangeiros...** p. 12.
18. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e Regulamentos da Província do Paraná.** Curityba, Typ Paranaense, 1871. t. 18, p. 122-43, 153 p.
19. BALHANA, Altiva Pilatti. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. **Revista de História.** Anais do VI.º Simpósio Nacional de Professores Universitários, São Paulo, 6(31):345-89, 1973. p. 361-2.

20. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e Regulamentos da Província do Paraná.** Curityba, Typ. Paranaense, 1870. t. 23, p. 3-37, 84 p.
22. PARANÁ, Leis, Decretos, etc **Leis e Regulamentos...** 1876. p. 31.
23. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e Regulamentos...** 1857. Op. cit. t. 4, p. 61-93, 104 p.
24. MÖRIKOFER, Carlos. Aula especial de Porto de Cima. In: CORREIA Júnior, Manuel Francisco. Ofício de 4 de julho de 1854 ao Presidente da Província do Paraná. Paraná, Officios, 5:39-40.
25. VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e. **Relatório do Presidente da Província do Paraná o Conselheiro... na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de Julho de 1854.** Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. p. 25-6, 110 p.
26. CARVALHAES, José Antonio Vaz de. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Província do Paraná no dia 7 de Janeiro de 1857 pelo Vice-Presidente....** Curityba, Typ. Paranaense, 1957, p. 67, 143 p.
27. OS ALEMÃES nos Estados... 1829-1929. Em commemoração ao 1.º Centenário... 1929, p. 74.
28. OS ALEMÃES nos Estados... p. 71.
29. OS ALEMÃES nos Estados... p. 71.
30. OS ALEMÃES nos Estados... p. 74.
31. BOESKER, August. Ofício em 17 de janeiro de 1876 ao Presidente da Província do Paraná. PARANÁ, OFFICIOS, 1:3-4 1876. DAMI.
32. OS ALEMÃES nos Estados... 1829-1929. Em commemoração ao 1.º Centenário.... 1929. p. 75-6.
33. OS ALEMÃES nos Estados... p. 75.
35. PARANÁ, Leis, Decretos, etc| **Leis e descretos da Província do Paraná.** Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1868. t. 15, p. 17-9, 52 p.
36. MULLER, Jacob. Requerimento em 29 de janeiro de 1869 ao Presidente da Província do Paraná. PARANÁ, REQUERIMENTOS, 1:31, 1869. DAMI.
37. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e decretos da Província do Paraná.** Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1869. t. 16, p. 38, 51 p.
38. Regulamento para o colégio de instrução primaria e secundária do professor Jabob Muller. In: MULER, Jacob. Ofício de 25 de agosto de 1869 ao Presidente da Província do Paraná. PARANÁ, OFFÍCIOS, 15:114-18, 1869. DAMI.
39. FONSECA, Antonio Augusto da. Ofício em 2 de julho de 1869 ao Inspetor da Instrução Pública. PARANÁ, OFFÍCIOS, 13:51-2, 1869. DAMI.

40. CARVALHO, Antonio Luiz Affonso. **Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná na abertura da 1.ª sessão da 9.ª legislatura pelo Presidente... no dia 15 de Fevereiro de 1870.** Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1870. p. 12-4, I v.

41. BARROS, Bento Fernandes de. **Relatório apresentado à sua Excellência o Sr. Presidente da Província do Paraná Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Inspetor Geral da Instrução Pública...** Curityba, Typographia de Candido Martins Lopes, 1871. p. 25, 29 p.

42. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e decretos da Província do Paraná.** Curityba, Typ. Paranaense, 1875. t. 22, p. 89, 92 p.

43. MATTOS, Francisco Liberato de. **Relatório do Presidente da Província do Paraná... na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858.** Curityba, Typ Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858. p. 28, 75 p.

44. Quadro demonstrativo das cadeiras de instrução pública primária existentes na Província, contendo o nome dos professores e número de alumnos matriculados no anno de 1866. Apresentado por SANTOS, Ernesto Francisco de Lima. Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública. In: BURLAMAQUE, Polidoro Cesar. **Relatório à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de Março de 1867 pelo Presidente da Província...** Curityba, Typographia de Candido Martins, 1867. Annexos.

45. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e Regulamentos da Província do Paraná.** Curityba, Typographia e de Candido Martins, 1867. Annexos.

46. LINS, Adolfho Lamenha. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província...** Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1876., p. 77-105, 148 p.

47. LINS. **Relatório... em 15 de Fevereiro de 1876.** p. 77-05.

48. Relatório da colônia Assungui. Ofício em 24 de novembro de 1876 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFÍCIOS, 25:79-93, 1876. DAMI.

49. MOTZKO, Franz. Ofício em 30 de março de 1876 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFÍCIOS, 4:57, 1876. DAMI.

50. WACHOWICZ, Ruy Christovam. As escolas da colonização polonesa no Brasil. **Anais da Comunidade Brasileira Polonesa**, Curitiba, 2:20-3, 1970.

51. DURSKY, Jeronymo. Ofício em 20 de outubro de 1876 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFÍCIOS, 20:111-12. DAMI;

52. DURSKY; Ofício em 20 de outubro de 1876... p. 12.

53. LINS. **Relatorio... em 15 de Fevereiro de 1876** p. 85.

54. WACHOWICZ. As escolas da colonização... **Anais da Comunidade...**
p. 22-4.

55. WACHOWICZ. As escolas da colonização... p. 22-4.

56. WACHOWICZ. As escolas da colonização... p. 26-6.

57. LINS, Adolpho Lamenha. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1877 pelo Presidente da Província o...** Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1877. p. 82, 152 p.

58. OLIVEIRA Junior, Joaquim Bento de. **Relatório apresentado ao... Dr. passou a administração da Província ao 1.º Vice-Presidente... Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de Fevereiro de 1878.** Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1878. p. 3, 4 p.

59. OLIVEIRA e SÁ, Jesuino Marcondes de. **Relatório apresentado ao Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes Presidente da Província pelo 1.º Vice-Presidente...** Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1878. p. 3, 4p.

61. BALHANA, Altiva Pilatti. **Santa Felicidade, um processo de assimilação.** João Haupt, 1958. p. 139-43, 286 p.

62. **THESOURO** do Estado do Paraná. Relação dos professores nomeados com a subvenção annual de 360\$000 conforme o §7.º do Artigo 1.º da Lei 962, de 31 da Sbro] de 1889. In: _____. Ofício em 26 de novembro de 1889 ao Secretário do Estado do Paraná. PARANÁ, OFFÍCIOS, 17:108-9, 1889. DAMI.

63. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Decretos e Regulamentos de 1890-1891.** Curityba, Typ. d' "A República", 1929. p. 73, 372 p.

64. BALHANA. **Santa Felicidade, ...** p. 144.

65. COLACHINI, Pedro. Ofício em 21 de novembro de 1889 ao Secretario do Paraná. PARANÁ, OFFICIOS, 18:117, 1889. DAMI.

66. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e Regulamentos** 1876. t. 23, p. 36-7.

67. MARCONDES, Moyses. **Relatório que ao... Dr. Carlos Augusto de Carvalho Presidente da Província do Paraná apresentou o... Director Geral da Instrucção Pública da mesma Província.** Curityba, Typ. Dezenove de Dezembro, 1882. p. 19, I v.

68. MARCONI, João Baptista. Ofício em 23 de julho de 1879 ao Presidente da Província. PARANÁ, OFFICIOS, 4:67-184, 1879. DAMI.

69. CARVALHO, Carlos Augusto. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná por occasião da installação da 1.ª sessão da 15.ª Legislatura no dia 1.º de outubro de 1882 pelo Presidente da Província...** Curityba, Typ. Perseverança, 1882, p. 93, 125 p.

70. TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Exposição com que... passou a administração da Província do Paraná ao ... Dr. Joaquim de Almeida**

Faria Sobrinho 1.º Vice-Presidente e 3 de Maio de 1886. Curityba, s. ed., 1886. p. 18, 126 p.

71. BALHANA. Imigração e colonização. In: EL-KATIB. **org. História do ...** p. 180.
72. PARANÁ, Leis, Decreto, etc. **Leis e Regulamentos ...** 1857. t. 4, p. 75.
73. PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Leis e Regulamentos...** 1876. t. 23, p. 16. Art. 90.

1. A QUESTÃO DO ECOCENTRISMO

1.1. A teoria de Jean Piaget

Quando Jean Piaget se estabeleceu na Suíça, em 1921, para exercer a função de Professor Titular de Psicopedagogia da Teoria e Princípios da Educação, em 1921, ele já havia escrito seu famoso *Introdução à Psicologia da Infância*.

1.2. A teoria de Jean Piaget

No ano de 1923, Jean Piaget pôs no prelo quatro trabalhos científicos que tiveram todas uma origem comum — as pesquisas levadas a bombar por ele e por uma equipe de colaboradores no então "Museu dos Peitos" do então Instituto J. J. Rousseau, em Genebra. Pesquisas essas realizadas no correr do ano letivo anterior de 1921-1922 e que tiveram por objeto as crianças das Classes Primárias e da Escola Maternal ligadas àquele Instituto.

Intituladas com o nome de "Método da Análise e Provação do conhecimento Humano", em seu estudo com as suas maiores e mais correntes o jovem Piaget se lança a um mundo de ambiciosos projetos que o levaria de observar e analisar os comportamentos e o mundo social da comunidade em seu espaço de quase sessenta anos de trabalho incansável e permanente, de possuir, realizadas segundo o método da análise clínico, muito explorado pela Escola da Genebra, tanto para dar um projeto maior que o mero em cima. Por isso, como advertiu o próprio Piaget: "não se deve a representação da infância, mas propriamente da dedicação que podemos oferecer as fronteiras da personalidade da criança. Em vez de uma